



**PERPETUAÇÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO BRASILEIRO: ANÁLISE
HISTÓRICA, POLÍTICA E SOCIAL**
**PERPETUATION OF BRAZILIAN UNDERDEVELOPMENT: HISTORICAL,
POLITICAL AND SOCIAL ANALYSIS**

LEMOS, Carolyne Santos¹

RESUMO

O objetivo do artigo ora exposto é tecer discussões histórico-sociais e políticas acerca da perpetuação do subdesenvolvimento brasileiro. Para tanto, reconhecemos a necessidade de traçar um resgate histórico a partir da experiência de desenvolvimento capitalista clássico para estabelecer um comparativo com a experiência brasileira, e a partir daí a trajetória de discussão alcança o destaque dos traços históricos e estruturais que marcam a nossa formação, caracterizada pela reacomodação das velhas estruturas de poder e das velhas relações raciais. Entra em evidência o culturalismo racista conservador, paradigma que imprime ao brasileiro a percepção de uma suposta inferioridade cultural em relação ao estrangeiro dos países desenvolvidos. Importantes pesquisadores brasileiros contribuem com a absorção dos ideais do Estado patrimonialista, a exemplo de Sérgio Buarque de Holanda, dinâmica que contribui com a descrença em relação às funções do Estado, mas ao mesmo tempo, imuniza o reconhecimento das atrocidades praticadas pelo mercado.

Palavras-chave: Subdesenvolvimento; Culturalismo Racista; Patrimonialismo; Estado; Sociedade.

ABSTRACT

The objective of the article presented here is to weave historical-social and political discussions about the perpetuation of Brazilian underdevelopment. To this end, we recognize the need to trace a historical review based on the experience of classic capitalist development to establish a comparison with the Brazilian experience, and from there the trajectory of discussion highlights the historical and structural features that mark our formation, characterized by the reaccommodation of old power structures and old racial relations. Conservative racist culturalism comes to the fore, a paradigm that gives Brazilians the perception of supposed cultural inferiority in relation to foreigners from

¹ Graduada em Serviço Social (Universidade Federal do Espírito Santo); Mestre em Política Social (Universidade Federal do Espírito Santo); Estudante de Pós-Graduação em Instrumentalidade do Serviço Social (Faculdade FaSouza); Servidora efetiva da Prefeitura Municipal de Vila Velha – ES. carolynelemos1@gmail.com

developed countries. Important Brazilian researchers contribute to the absorption of the ideals of the patrimonial State, such as Sérgio Buarque de Holanda, a dynamic that contributes to disbelief in relation to the functions of the State, but at the same time, immunizes the recognition of atrocities practiced by the market.

Keywords: Underdevelopment; Racist Culturalism; Patrimonialism; State; Society.

1. INTRODUÇÃO

Para tecer discussões acerca do subdesenvolvimento brasileiro é necessário empreender um resgate histórico, tendo neste o fio condutor para compreender a formação capitalista Brasileira. Nesse sentido, buscamos na primeira parte do presente artigo traçar o panorama de desenvolvimento do modo de produção capitalista em sua forma clássica. Posteriormente, delimitamos o processo de integração do Brasil à ordem social competitiva, salientando a permanência de traços históricos e estruturais herdados do passado. Com essa explanação, resgatamos o surgimento de um arcabouço cultural que muito contribui com a conformação da sociedade e do Estado: o culturalismo racista brasileiro, fenômeno que atribui inferioridade ao povo brasileiro em relação aos povos de nações desenvolvidas e que, captura também as concepções acerca do Estado brasileiro, sempre interpretado como uma máquina inclinada à corrupção.

Sergio Buarque de Holanda (1995), ao retratar o brasileiro enquanto portador do senso da esperteza e autor do “jeitinho brasileiro” colabora com o rebaixamento do brasileiro em relação ao estrangeiro. Uma crença destinada a rebaixar o nativo deságua no enaltecimento das potencialidades do estrangeiro, dinâmica presente no cenário político-administrativo, que favorece a defesa da privatização das riquezas nacionais, beneficiando os supostos bons gestores estrangeiros.

A mídia propaga os ideais da ineficiência do Estado, encobrendo as reais mazelas sociais que estruturam a sociedade brasileira. A presença dos traços escravistas, a concentração de renda, os graves impactos ocasionados

pela financeirização do capital não recebem a devida atenção por parte dos detentores do monopólio da informação. Conseqüentemente, a sociedade internaliza as concepções que demonizam o Estado e nesta atual conjuntura a sociedade e o Estado aprofundam cada vez mais o subdesenvolvimento brasileiro.

2. TRANSIÇÃO CLÁSSICA AO CAPITALISMO

Considerando o panorama internacional, a emergência da sociedade burguesa fez com que os antigos servos feudais se tornassem “livres”. Principalmente na Inglaterra, com a utilização massiva dos pastos para a extração de lã para a indústria. A população rural foi expulsa para as cidades, para servir de braços para a faminta indústria nascente, movimento ocorrido entre os séculos XV e XVIII. Esse contingente, que de uma hora para outra se viu “livre” tinha que se adaptar a nova realidade, sendo que muitos dos expulsos não conseguiam trabalho, configurando o que Marx classificou como exército industrial de reserva (MARX; ENGELS, 2011). Outros caíam ainda mais abaixo desse estágio e se tornavam o que o mesmo autor chamou de lumpem proletariado².

A dinâmica do mercado mundial, a partir da Europa, engendrava o desenvolvimento da sociedade burguesa, que teve na Inglaterra, o seu modelo clássico. Naquele país, a emergência da sociedade burguesa, com o grande incremento comercial, possibilitou uma junção entre burguesia comerciante e a nobreza guerreira. Os assuntos políticos já haviam sido resolvidos na Inglaterra entre os Séculos XVII e XVIII. Controlando o poder político e econômico, estavam lançadas as bases para a revolução industrial, o fortalecimento dos setores urbano-industriais e a subordinação do campo.

²Marx considera essa massa como “classe perigosa” que apodrece passivamente, repudiada pelas camadas mais baixas da antiga sociedade. “Suas condições de vida, contudo, prepararam-se muito mais para o papel de uma ferramenta subornada da intriga reacionária” (MARX; ENGELS, 2011, p.48).

Diferentemente dos outros modos de produção, com sua perenidade e sossego, o modo de produção capitalista, pela lógica de produzir valor incessantemente, “não pode existir sem revolucionar, constantemente, os instrumentos de produção e, desse modo, as relações de produção e, com elas, todas as relações da sociedade” (MARX; ENGELS, 2011, p. 14). Os impactos que o desenvolvimento do capitalismo causou nas rotinas campestres que marcavam as relações sociais feudais foram traumáticos, principalmente porque, continua o autor,

Quanto menos habilidade e força física venha requerer o trabalho manual, isto é, quanto mais se desenvolve a indústria, tanto mais o trabalho dos homens é substituído pelo das mulheres. Diferenças de idade e de sexo não têm mais validade distintiva social para a classe trabalhadora. São todos instrumentos de trabalho, mais ou menos caros, para serem usados de acordo com sua idade e sexo (MARX; ENGELS, 2011, P.14-15).

Todo o incremento ligado à lógica do valor que se valoriza está ligado diretamente à extração de mais-valia absoluta e relativa, que aumenta e se estabiliza quanto mais o sistema se expande. “Os mercados continuaram sempre a crescer, a demanda sempre a aumentar. A manufatura já não era suficiente, já que o vapor e as máquinas revolucionaram a produção industrial” (MARX; ENGELS, 2011, p. 12). A Lógica do valor impõe à competição capitalista uma busca incessante em reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário, elevando a composição orgânica do capital e gerando a expulsão cada vez maior do trabalho vivo da produção.

Além de novas relações de produção e de propriedade, o desenvolvimento das novas relações de troca engendrava novas relações jurídicas, com a introdução da igualdade formal. Porém, a lógica do valor escamoteia a existência de uma desigualdade substancial no âmbito da produção, uma vez que, no circuito produtivo, além de produzir o seu próprio equivalente, o trabalhador colabora com a produção de um rendimento que é apropriado pelo capitalista, a mais-valia. Esta provém de uma parcela do trabalho exercido pelo operário que não foi paga pelo patrão.

A transição clássica para o modo de produção capitalista foi extremamente sanguinária para os setores que não conseguiam conquistar espaço na nova ordem socioeconômica em surgimento. No entanto, a classe trabalhadora do centro, por meio de lutas travadas contra as expropriações do patronato, já no século XIX, consegue obter garantias de cidadania por parte do Estado. As políticas sociais e os direitos sociais e trabalhistas, mesmo constituindo estratégias anticíclicas contra possíveis ocorrências de crises econômicas, foram produtos da mobilização da classe trabalhadora, que reivindicou “por dentro da ordem”, melhores condições laborativas, redução da jornada de trabalho e acesso a direitos. Além disso, a dinamização econômica do centro sucedeu-se a partir da exploração da periferia, por meio de quatro processos de subordinação: colonialismo, neocolonialismo, imperialismo e a dominação orquestrada durante a fase do capitalismo monopolista (novo imperialismo).

No centro, a lógica do sistema autossustentado de produção embasada na propriedade privada dos meios de produção e no trabalho assalariado convivia com a escravidão da periferia. “Os povos modernos conseguiram disfarçar a escravidão em seus próprios países, impondo-a sem véus no novo mundo” (MARX, 2011, p. 130).

A Europa, mesmo perdendo o posto de potência industrial para os Estados Unidos a partir do início do século XX, porta recursos humanos e materiais para resistir às ingerências dos EUA e para estabelecer limites e controles das consequências culturais ou políticas resultantes da supremacia norte-americana. Desse modo, as sociedades do centro possuem, sem dúvida, estrutura de renda, a distribuição do prestígio social e a eficiência de alguns direitos humanos, que fornecem um mínimo de proteção às minorias destituídas. Já nos países latino-americanos, os direitos humanos são constantemente violados e não possuímos uma democracia real (FERNANDES, 2015).

No caso brasileiro, prevaleceu uma transição não clássica para o desenvolvimento do sistema de acumulação capitalista. A integração nacional à ordem social competitiva não se deu em decorrência de transformações revolucionárias e do desenvolvimento econômico, sociocultural e político. A recomposição das velhas estruturas de poder, com a concentração social e racial da renda, do prestígio e do poder político conformou a incorporação do Brasil ao capitalismo mundial.

3. RAÍZES DO SUBDESENVOLVIMENTO BRASILEIRO E O ADVENTO DA ORDEM SOCIAL COMPETITIVA NO BRASIL

Para tratar da introdução do Brasil à ordem social competitiva, é indispensável considerar as particularidades da formação social e econômica brasileira. Diferentemente dos países de capitalismo central, a formação capitalista brasileira contou com a reacomodação das velhas estruturas de poder e com a formação de um mercado de trabalho fragmentado, em que a classe trabalhadora tardou para conquistar direitos sociais e trabalhistas. Mesmo quando a cobertura de proteção ao trabalho foi obtida pelos trabalhadores, essa garantia ficou circunscrita aos trabalhadores do setor urbano.

De acordo com Prado Junior (2014), o Brasil já estava atrelado ao capitalismo desde a descoberta do território pelos portugueses, entretanto, com uma importante contribuição de Jessé de Souza (2017), podemos considerar que o aprofundamento da introdução do Brasil ao modo de produção capitalista, ocorre, sobretudo, a partir da operacionalização de dois componentes: o capitalismo comercial e o estabelecimento de um Estado burocrático centralizado. Esta dinâmica, aos poucos ganhou contornos ainda mais acentuados, exercendo influência na decadência do patriarcalismo rural e na ascensão do patriarcalismo citadino.

Para Prado Junior (2014), a reinterpretação do Brasil está articulada a três pilares: o sentido da colonização, as relações de trabalho com base no escravismo e a especificidade do capitalismo brasileiro. O sentido da colonização estaria associado ao contexto da expansão do capital mercantil. Era em função do abastecimento do mercado mundial que foram forjadas as relações econômicas na colônia brasileira (PRADO JUNIOR, 2014). Destarte, a escravidão representou um recurso de oportunidade de que lançaram mão os países europeus, com a finalidade de explorar comercialmente os vastos territórios e riquezas do Brasil (PRADO JUNIOR, 2014).

Ainda em referência às considerações do autor, destacamos que de uma economia voltada para fora, de uma situação de dependência de capitais externos, de flutuações conjunturais, a empresa produtora do Brasil iniciou, e de certa forma, permanece subordinada e dependente. Assim, a formação capitalista brasileira apresenta em sua estrutura a contradição entre sua contemporaneidade e a presença do passado colonial.

A experiência de independência da metrópole lusitana relegou o país a um processo neocolonialista, estando desta vez, submetido aos interesses da Inglaterra. Conforme elucida Schwartzman (2007), o Brasil arcou com os custos onerosos pelo reconhecimento internacional de sua independência e, pelo acordo econômico imposto pela Inglaterra em 1827.

As relações escravistas imperantes até 1888 deixaram graves consequências para a nova configuração societária em formação, consequências essas, que são sentidas até hoje. O negro foi lançado à condição de resíduo racial na sociedade do trabalho livre. De acordo com Jessé Souza (2017), o negro engrossou as fileiras da ralé, ocupando as piores condições laborativas no mercado de trabalho.

Surgiram considerações de cunho racista por parte de influentes autores brasileiros, a exemplo de José de Oliveira Vianna. Para Vianna (1982), os mestiços seriam de dois tipos: os mulatos superiores e os inferiores. Os primeiros estariam mais próximos aos brancos e de acordo com o autor,

poderiam contribuir com a civilização do país. Em “Populações Meridionais do Brasil”, afirma que:

“toda a evolução histórica da nossa mentalidade coletiva não tem sido, com efeito, senão um contínuo aperfeiçoamento, através de processos conhecidos de lógica social, dos elementos bárbaros da massa popular à moral ariana, à mentalidade ariana, isto é, ao espírito e ao caráter da raça branca” (VIANNA, 1982, p. 32).

De acordo com as elucidações acima, o negro é lançado à qualidade de raça inferior, moralmente desprezível. A miscigenação o levaria para a condição civilizatória requerida pela conjuntura nacional. Antes mesmo de Vianna, as influências do pensamento racista brasileiro tiveram origem nas ideias de Nina Rodrigues, para quem a presença do negro representava entraves ao processo civilizatório.

O imigrante monopoliza, praticamente, as oportunidades reais de classificação econômica e ascensão social, abertas pela desagregação do regime servil e pela constituição da sociedade de classes. E, diante do negro e do mulato se abrem duas escolhas irremediáveis, sem alternativas. Vedado o caminho da classificação econômica e social pela via da proletarização, restava-lhes aceitar a incorporação gradual à escoria do operariado urbano em crescimento ou se abater penosamente, procurando no ócio dissimulado, na vagabundagem sistemática ou na criminalidade fortuita meios para salvar as aparências e a dignidade do “homem livre” (FERNANDES, 1978).

De acordo com Cardoso (2010), o padrão de incorporação dos trabalhadores à ordem social capitalista no início do século XX acabou por deixar heranças profundas na sociabilidade capitalista posterior. A ordem escravista deixou marcas indeléveis na sociabilidade capitalista brasileira, permanecendo o Estado em uma inércia institucional em relação à questão social. O Estado perpetuou a política de beneficiar as elites, em detrimento das demandas das camadas mais pobres. Destarte, predominou a violência estatal contra a classe trabalhadora e a reduzida participação do operariado urbano-industrial na estrutura social e política. Portanto, não é apenas o aspecto economicista que atesta a presença do subdesenvolvimento brasileiro, mas a

predominância de descasos com as massas consideradas “disfuncionais” ao progresso.

São Paulo aparecia como o primeiro centro urbano especificamente burguês. Os ideais de competitividade e de civilização liberal atingiram o ambiente paulistano, sem, entretanto, reconhecer e integrar o negro nas novas configurações assumidas pelo universo urbano capitalista. Em suma, a sociedade negra largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de se reeducar e de se transformar para corresponder aos novos padrões e ideais de ser humano, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo (FERNANDES, 2015).

Negros e pobres tornam-se invisíveis. Amontoam-se em guetos, favelas, comunidades, onde o Estado só se faz presente para invadir, matar, perseguir e torturar indivíduos suspeitos. Todos nesses lugares são considerados suspeitos. Assim, o crime organizado preenche o lugar que o Estado não ocupa. O que se tem não é um Estado e sim a barbárie ampliada.

Desde o início da modernização do país, a elite branca fez questão de não incluir o negro como parte do projeto liberal brasileiro. A substituição pela mão-de-obra europeia tinha um forte traço étnico e buscava isolar em guetos os “diferentes”. A cada nova etapa do desenvolvimento urbano pelo qual as grandes cidades passavam esse contingente era expulso para longe, para onde não havia condições mínimas para morar. A nova classe média urbana não buscou romper com a elite agrária, fazendo acordo com ela para acomodar-se no poder, tornando-se autocrática.

Não há como separar o preconceito de classe do preconceito de raça, uma vez que as classes excluídas em países de passado escravista expressam uma continuação da escravidão e dos padrões covardes de ataque contra as populações marginalizadas e superexploradas (SOUZA, 2017).

A prática do genocídio de negros se alastra pelo Brasil como política de Estado, exercida pelos agentes das forças policiais, empenhados em perseguir, reprimir, torturar e exterminar os contingentes considerados “inimigos da

ordem". Nesse sentido, Souza (2017) reconhece a importante contribuição de Fernandes (2015), no que diz respeito à denúncia do abandono da ralé brasileira. A existência dessa classe contribui para explicar a situação social, política e econômica do Brasil.

O culturalismo racista conservador brasileiro desconsidera a escravidão enquanto semente que germinou as graves formas de sociabilidade predominantes ainda na atualidade. Para Souza (2007), o culturalismo viria em substituição ao racismo fenotípico, pois já não seria a cor da pele o fator determinante para o comportamento dos indivíduos, mas o estoque cultural por ele herdado. É oportuno ressaltar que as relações raciais assimétricas herdadas do passado permaneceram, os negros ainda lidam com o ônus de uma sociedade historicamente assentada em um regime de segregação racial. Contudo, desde o século XIX, os intelectuais brasileiros enxergam os Estados Unidos como a grande vitrine da modernização, do progresso e da civilidade. Logo, no Brasil, além de predominar o racismo baseado na cor da pele, a partir do século XX entrou em evidência o culturalismo racista, que subjuga o arcabouço cultural dos brasileiros em relação ao das nações desenvolvidas.

Esse culturalismo racista presente no país perpetua a relação de subserviência dos brasileiros em relação ao universo eurocêntrico e ao norte-americano. Afinal, a consideração que norteia tal relação aponta para a superioridade dos povos dos países de capitalismo desenvolvido em relação à América Latina em geral, e ao Brasil em particular.

Importantes intelectuais brasileiros, os quais citaremos mais adiante, desenvolveram concepções que rebaixam o Brasil, e os efeitos da internalização dessas concepções adquirem proporções de grande monta, a exemplo da crença de que o patrimônio público, sobretudo, as empresas estatais devem ser privatizadas em favor da prevenção dessas organizações contra a atuação de atores públicos supostamente corruptos. Considera-se dessa forma, que os estrangeiros, ao contrário dos brasileiros, estariam mais

aptos a administrar as nossas riquezas, pois apresentam a competência e a honestidade em sua essência.

4. ESFERA PÚBLICA E SOCIEDADE: PERSPECTIVA POLÍTICA DO SUBDESENVOLVIMENTO

O sadismo da esfera privada converte-se em mandonismo na esfera pública, inaugurando uma dialética profundamente brasileira de privatização do público por parte dos poderosos (SOUZA, 2017). Para Schwartzman (2007), herdamos do passado uma herança autoritária e patrimonialista, que persiste na cultura e na política brasileira. Sérgio Buarque de Holanda (1995) e Raymundo Faoro (1984) também interpretam a esfera pública enquanto espaço de perpetuação do patrimonialismo. Na perspectiva de Holanda (1995), o Estado representaria o alongamento institucionalizado do homem cordial. Souza rechaça essas perspectivas defendidas por Schwartzman, Holanda e Faoro, ao considerar que se trata de uma leitura que demoniza o Estado, em detrimento do reconhecimento das mazelas provocadas pelo mercado.

O mercado é divinizado pela mera oposição com o Estado definido como corrupto, e sua corrupção tanto legal (quando compra o legislativo para passar leis de seus interesses, impor juros altos a toda a população e privatizar o orçamento público e as empresas estatais) quanto ilegal (quando manda para o exterior valores de evasão fiscal que superam e muito toda a corrupção estatal da história somada), tornada invisível (SOUZA, 2017, p. 23).

Na concepção de Schwartzman (2007), o Brasil apresenta um sistema político que não representa classes sociais determinadas, mas possui uma dinâmica própria e independente. Esta afirmação está compactuada com uma visão weberiana acerca do Estado brasileiro, que segundo o autor, tem como característica predominante a dimensão patrimonial. O relacionamento entre o Estado e a sociedade tem se caracterizado por uma forte burocracia estatal e uma sociedade acovardada (2007).

Segundo Schwartzman (2007), a coexistência de um Estado com fortes características neopatrimoniais levou, no passado, à tentativa de organização da sociedade em termos corporativos tradicionais. A partir daí, criou-se uma estrutura legal de enquadramento e representação de classes que perdura até hoje. Ao mesmo tempo, o mercado entrava em expansão, a sociedade se tornava mais complexa, e formas de organização e participação política eram criadas. Nessa esteira de análise, Schwartzman (2007) faz referência ao sistema de cooptação criada durante o governo Vargas, que instituiu direitos sociais e trabalhistas para os segmentos sociais vinculados ao mercado de trabalho. Tratava-se de um sistema controlado de cima e com pouca participação nas bases, e essa estratégia de cooptação foi bastante utilizada em disputas eleitorais para a manutenção dos detentores do poder.

Com a demonização do Estado, os golpes de Estado são facilitados e lança-se a abertura para o endeusamento do mercado, como uma instituição oposta ao Estado corrupto, patrimonialista e ineficiente. No patrimonialismo de Holanda (1995) e Faoro (1982), a elite vampiresca está presente no Estado, tornando invisível o mandonismo real, primeiramente dos proprietários rurais e posteriormente, dos proprietários urbanos.

A mídia propaga essas informações relacionadas à ineficiência do Estado enquanto máquina pública abarrotada por desmandos e corrupções. Compactua com os cúmplices do aparelho de Estado e com o capitalismo financeiro internacional. “A construção de uma elite toda poderosa que habitaria o Estado só existe, na realidade, para que não vejamos a elite real, que está “fora do Estado”, ainda que a “captura do Estado” seja fundamental para seus fins” (SOUZA, 2017). A interpretação dominante do país acerca do Estado contribui com o trabalho de distorção de informações realizado pela mídia.

As classes dominantes brasileiras se unificam em torno do Estado, o que faz com que a dominação burguesa e a transformação capitalista sejam fenômenos especificamente políticos (FERNANDES, 2006). A dominação

burguesa se revela como uma autocracia burguesa. Esta realidade é típica de nações portadoras de uma economia dependente e subdesenvolvida, onde imperam regimes democráticos instáveis e facilmente manipuláveis.

Além disso, se juntamos o preconceito do suposto patrimonialismo, com o Estado como lugar da elite corrupta, com a noção antipopular e preconceituosa de “populismo”, também produto de intelectuais, que diz que nosso povo é desprezível, explicamos parte considerável da miséria da população brasileira (SOUZA, 2017).

5. SUBDESENVOLVIMENTO BRASILEIRO: PERSPECTIVA ECONÔMICA E SOCIAL

Conforme delimitado, a crença na ineficiência do Estado enquanto capaz de cumprir com as finalidades a qual se destina está associada à visão de que a esfera pública é capturada por interesses patrimonialistas, sendo, portanto, facilmente corrompido pela corrupção de grupos poderosos. Desta forma, os recursos nacionais não seriam administrados eficientemente por um Estado fadado a praticar incessantemente a corrupção. O paradigma culturalista racista colabora com o sentimento de subserviência e inferioridade do Brasil em relação aos países de capitalismo desenvolvido. Essa realidade contribui significativamente para o aprofundamento do subdesenvolvimento e da dependência externa do país em relação ao centro.

Os aparelhos midiáticos e a sociedade, ao disseminarem o Estado como reduto expressamente concentrador de corrupção provocam um grave desfecho no tocante à organização coletiva em favor de pressões em torno da luta por direitos sociais. Assim, com a internalização do paradigma culturalista racista, a mídia e a própria sociedade contribuem para a perpetuação do subdesenvolvimento brasileiro.

Em se tratando das análises sobre o subdesenvolvimento brasileiro dentro de uma perspectiva econômica e social, é oportuno contemplar as

contribuições de Celso Furtado, João Manuel Cardoso de Mello. A elevação da produtividade e a modificação nas formas de consumo, sem assimilação concomitante de progresso tecnológico, nos processos produtivos, constitui o ponto de partida para o subdesenvolvimento econômico.

Para Furtado (1972), o ponto de partida para uma economia subdesenvolvida é elevado produtividade e a modificação nas formas de consumo sem a devida assimilação do progresso tecnológico nos processos produtivos. Nessa dinâmica, o fenômeno da dependência se manifesta inicialmente sob a forma de imposição externa de padrões de consumo que somente podem ser mantidos mediante a geração de um excedente criado no comércio exterior. É a rápida diversificação desse setor do consumo que transforma a dependência em algo dificilmente reversível (FURTADO, 1959).

De acordo com Mello (1984), a sociedade brasileira foi produzida de forma deformada e regulada pelos detentores da riqueza. Entre as décadas de 60 e 80, cerca de 40 milhões de pessoas que viviam no meio rural continuavam submersas na pobreza absoluta, período em que a miséria rural é conduzida para a cidade. Cerca de 31 milhões de migrantes migram para a cidade (MELLO, 1984). O autor credita ao período em discussão, a formação de uma sociedade dividida em três mundos. O primeiro mundo pertence aos mais ricos e privilegiados; o segundo mundo compreende a nova classe média e o terceiro mundo abarca os pobres e miseráveis, sobretudo, aqueles que não conseguem comungar das novas oportunidades geradas pela industrialização.

Desse modo, em países de economia periférica, o processo produtivo promove a desigualdade da massa salarial, a concentração da renda e do consumo. Nessa perspectiva, o elevado dinamismo da economia brasileira, a partir da Grande Depressão dos anos 30 – dinamismo que por sua duração não teve paralelo na vasta periferia do mundo capitalista -, era em grande parte fruto do processo de reajustes nas relações entre economias regionais envolvendo importantes migrações demográficas internas, transferências de recursos financeiros e de capacidade para importar, e também acarretando

concentração de renda, tanto no plano espacial como no funcional (FURTADO, 1985).

É nesse período que o Brasil inicia a industrialização plena, denominada industrialização restringida, pois, para Furtado (1985), não houve rompimento com os interesses da burguesia agrária, uma vez que a política de valorização do café continuou sendo implementada até 1944. Ainda, para o autor, até 1953, Vargas manteve uma política cambial que desvalorizava a moeda brasileira e ligava-se à valorização do café. Esta política cambial constitui um dos fatores que contribuiu com a expansão da indústria de bens de capital e com a política de substituição de importações.

O salto qualitativo dos indicadores econômicos, não necessariamente, representava melhorias nas condições de vida da população (FURTADO, 1985). Mesmo considerando a importância das legislações sociais e trabalhistas orquestradas pela gestão de Vargas, a sociedade do trabalho nos moldes brasileiros caracteriza-se pela forte presença do trabalho informal. A elevação dos níveis de pobreza constituía uma realidade inegável.

Durante a década de 1950 a sociedade ainda se mantém predominantemente rural, contemplando na estrutura social do campo a oligarquia latifundiária, empregadores de trabalho assalariado (médios proprietários ou pequenos capitalistas) e a pequena propriedade familiar. No referido período, o país está assolado por uma desigualdade extraordinária e atravessará o movimento de uma forma de configuração de vida para outra: da sociedade rural tradicional para o duro universo da concorrência da grande cidade (MELLO, 1984).

É importante mencionar que todo o processo de incorporação do Brasil ao capitalismo está acompanhado por um fluxo crescente de dependência em relação aos países de capitalismo central e pelo aprofundamento da sua condição de subdesenvolvimento, posto que a distribuição da massa salarial não é realizada de forma homogênea, e a concentração dos padrões de consumo disseminados internacionalmente é protagonizada pelas elites.

Conforme preconiza Furtado (1985), como a pressão no sentido de acompanhar a renovação dos padrões de consumo no centro se mantém, surge uma tendência à concentração de renda com reflexos nas estruturas sociais, as quais tendem a assemelhar-se às dos países tipicamente subdesenvolvidos. Tal ponto põe em evidência que o fenômeno que chamamos dependência é mais geral do que o subdesenvolvimento, haja vista que toda economia subdesenvolvida é necessariamente dependente, pois o subdesenvolvimento é uma criação da situação de dependência. Mas nem sempre a dependência criou as formações sociais sem as quais é difícil caracterizar um país como subdesenvolvido.

O fenômeno da dependência se manifesta inicialmente sob a forma de imposição externa de padrões de consumo que somente podem ser mantidos mediante a geração de um excedente criado no comércio exterior. É a rápida diversificação desse setor do consumo que transforma a dependência em algo dificilmente reversível (FURTADO, 1985).

Ainda, segundo Furtado (1985), aprendemos com a experiência dos anos 80, com sua falsa prosperidade fundada na degradação sem precedentes dos termos de intercâmbio dos países exportadores de produtos primários, numa exorbitante elevação das taxas de juros, que fez crescer desmedidamente as dívidas dos países do Terceiro Mundo, e em vastas transferências de recursos financeiros para os Estados Unidos – que a transição para uma ordem econômica multipolar não se realiza sem acidentes.

Por fim, não há como construir os pilares de uma economia desenvolvida sem a identificação entre aumento da produção e elevação dos salários, haja vista que no Brasil ocorre a expansão concentrada da massa salarial e a expansão da renda é disponível apenas para o consumo das elites, havendo uma distância crescente entre o nível de vida das massas e das elites.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar a perpetuação do subdesenvolvimento no país pressupõe a consideração da formação social, econômica e política brasileira, fenômeno eivado de contradições e complexidades. A nossa formação coincide com constantes processos espoliativos praticados por outras nações. E após o processo de colonização, vivenciamos a experiência de uma independência em relação à metrópole lusitana, que nada alterou o cenário de subordinação do país aos interesses de economias externas.

Quando o império sai de cena e entra a república, o país perpassa pela experiência de uma acomodação das elites no poder, sem alterações estruturais nas relações de poder. As elites consideravam que a incorporação das novas estruturas produtivas seria incompensável. Entretanto, trata-se da formação de uma burguesia compósita, minada a partir de dentro pelos interesses da burguesia internacional.

O processo de abolição da escravidão não representou um acontecimento capaz de devolver a dignidade aos negros, pelo contrário, transformou esse segmento na ralé brasileira, compelindo-o a ocupar posições espúrias no mercado de trabalho. Logo, a ascensão social do negro representaria, sociologicamente, o seu branqueamento.

A forma de sociabilidade herdada do período escravista continua pairando sobre a contemporaneidade, com a existência de favelas ocupadas predominantemente por negros e pobres, com uma intensificação da força policial em ações genocidas. Convivemos com um padrão de desenvolvimento excludente, que ainda carrega traços de uma sociedade segregacionista.

Aprofundamos a associação dependente com o exterior, característica típica do capitalismo dependente e subdesenvolvido. Este subdesenvolvimento promove a concentração social da renda, do prestígio e do poder. Porém, há condicionantes internos que podem contribuir para a perpetuação e/ou aprofundamento desse cenário: a internalização do paradigma culturalista

racista, ao considerar que a cultura brasileira se revela inferior à dos países que supostamente saberiam gerir com mais competência e honestidade a riqueza brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil:** uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: Editora FGV: 2010.

FLORESTAN, FERNANDES. A integração do negro na sociedade de classes. **São Paulo: Editora Ática**, v. 1, 1978.

_____. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2006.

_____. **O negro no mundo dos brancos.** Rio de Janeiro: Global Editora e Distribuidora Ltda., 2015.

FURTADO, Celso. **Análise do " modelo" brasileiro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1959.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**, 3ª edição, São Paulo: Brasiliense. 1984.

PRADO JUNIOR. **A revolução brasileira:** a questão agrária no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SOUZA, Jessé de. **A elite do atraso:** da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro.** Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 1988.

VIANA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil; e, Instituições políticas brasileiras**. Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 1982.